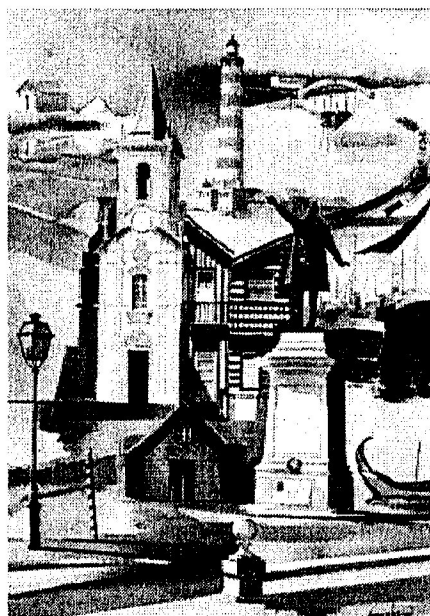


A. P. H. E. L. L. E.
Associação Portuguesa para a História do Ensino das
Línguas e Literaturas Estrangeiras

Actas do I Colóquio



*“Para uma história das línguas e literaturas
estrangeiras em Portugal : das origens
à actualidade “*

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

23 e 24 de Novembro de 2000

“A língua francesa na cultura portuguesa na segunda metade do séc.XVIII” José Esteves Pereira (Universidade Nova de Lisboa)	141
“A Sociedade Martins Sarmento e sua contribuição para o ensino da língua francesa em Guimarães: do ensino particular nocturno no <i>Instituto Escolar</i> ao ensino oficial na Escola Industrial Francisco de Holanda” Octávio Afonso (Escola Superior de Educação de Fafe)	161
“As actividades escolares: uma fonte possível para a história do ensino das línguas e literaturas estrangeiras” Maria José Salema (Universidade do Minho)	181
“Manuais, gramáticas e dicionários: que perspectivas para a formação de professores e alunos? Um exemplo do inglês” Isabel Casanova (Universidade de Lisboa)	197
“La Douce France” Philippe Bonolas (Universidade Católica Portuguesa)	209
“As primeiras selectas para o ensino do Alemão nos liceus portugueses” Maria Teresa Cortez (Universidade de Aveiro)	215
“Albin Eduard Beau: 40 anos ao serviço da Universidade de Coimbra” Karl Heinz Delille (Universidade de Coimbra)	233
“Eugénio de Castro, docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: dos caminhos da Velha Alta coimbrã à consagração europeia” Maria Herminia Amado Laurel (Universidade de Aveiro)	243

INDICE

Nota de apresentação	11
I Conferências e Comunicações	17
“Língua e História”	
A. H. Oliveira Marques (Universidade Nova de Lisboa)	19
“Clássicos e Modernos nos métodos de ensino de línguas segundas e estrangeiras”	
José Manuel Cardoso Belo (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)	25
“As línguas estrangeiras modernas no ensino liceal de meados do séc. XIX”	
Ana Teresa Santa-Clara (Universidade de Lisboa)	47
“Sobre a aprendizagem do não necessário: o Ensino Liceal do Hebraico em Portugal no séc.XIX”	
Paulo Mendes Pinto (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias)	65
“A última parte do séc.XIX e os passos decisivos na direcção à teorização didáctica das línguas estrangeiras”	
Manuel Gomes da Torre (Universidade do Porto)	77
“O ensino da língua e da literatura italianas na Universidade de Coimbra”	
Rita Marnoto (Universidade de Coimbra)	91
“O ensino das línguas estrangeiras: métodos e abordagens”	
Eduarda Melo Cabrita (Universidade de Lisboa)	119

II Mesas redondas	271
1ª Mesa redonda:	
“A construção da história do ensino das línguas e literaturas estrangeiras em Portugal. Levantamento dos arquivos existentes: estado da questão”	273
Introdução	
Jorge Ramos do Ó (Instituto Histórico da Educação)	273
“Fontes para a história do ensino das línguas e literaturas estrangeiras em Portugal: alguns apontamentos” Teresa Santa-Clara (Universidade de Lisboa)	275
“Sobre as pesquisas realizadas na Escola Secundária Alves Martins/Viseu” Maria da Conceição Maltez (Escola Secundária Alves Martins/Viseu)	285
“Representações da literatura e cultura francesas no universo escolar português – o caso paradigmático da Escola Secundária José Estêvão (Aveiro) Ana Maria Valente Roda (Escola Secundária Jaime Magalhães Lima/Aveiro)	295
2ª Mesa redonda:	
“Línguas e literaturas estrangeiras dominantes em Portugal: perspectiva histórica”	307
Introdução	
Maria Emília Ricardo Marques (Universidade Aberta)	307
“O Inglês em Portugal durante o séc. XVIII” Manuel Gomes da Torre (Universidade do Porto)	309

“Os Estudos Alemães em Portugal no Ensino Superior” Maria Manuela Gouveia Delille (Universidade de Coimbra)	327
“Ser hispanista em Portugal” Maria Idalina Resina Rodrigues (Universidade de Lisboa)	341

O ensino da língua e da literatura italianas na Universidade de Coimbra

Rita MARNOTO
Universidade de Coimbra

1. Cabendo às instituições de ensino a função de produzir, transmitir e conservar os saberes, é de primordial relevo o lugar que lhes cabe, em termos antropológicos, na definição de uma identidade cultural. Neste quadro, a Universidade ocupa uma posição muito específica, já que as relações que mantém quer com o Estado, quer com a sociedade, a colocam num campo de tensões particularmente vivo, entre a perpetuação de modelos que levam o aval da tradição, e as solicitações de um contexto em permanente transformação¹. Karl Jaspers considerava esta instituição como o espaço eterno onde, por concessão do Estado e da sociedade, uma época pode cultivar a mais lúcida consciência de si própria. O que decorre dos propósitos que levam os seus membros a reunirem-se em torno dela com o objectivo de procurarem, incondicionalmente, a verdade, quer através da investigação e da criação de um centro de cultura capaz de educar o homem no seu todo, quer através do ensino, sem nunca perder de vista a formação integral.

¹ Santos, B., (1989:12), também fonte das referências a Jaspers.

O estudo da história do ensino das línguas e das literaturas estrangeiras nas Universidades portuguesas ganha pleno sentido, pois, enquanto motivo essencial para a definição da identidade antropológica de uma cultura. O confronto com o que vem de fora, com o estrangeiro, baseia-se numa relação de alteridade susceptível de pôr em evidência valores latentes, que assim ganham pronta evidência, acentuando aquela que, já por si, é a mais lúcida consciência em que uma época se reflecte. Neste âmbito, o campo da italianística goza de uma posição singular. Não sendo a cultura italiana uma área com a qual a cultura portuguesa mantenha relações privilegiadas, ela não se situa, tão pouco, numa posição relativa de ordem periférica. Daqui resulta uma malha muito articulada que, não estando sujeita a pré-determinações ingentes, caminha ao compasso da história e faz história – a história do ensino das línguas e das literaturas estrangeiras em Portugal.

2. Nas páginas onde ficam gravados os grandes acontecimentos da história nacional, muitos são os registos de feitos cujo bom êxito se deve também a avisados ensinamentos transmitidos por italianos. O mestre pisano que instruiu D. Afonso Henriques na técnica construtiva daquelas máquinas de guerra que tanto lhe valeram na conquista de Lisboa ombreia com os experientes marinheiros genoveses que lhe asseguraram a vitória na frente marítima. À medida que o tempo corre, esses vultos vão ganhando maior nitidez. Emanuele Pessagno, que virá a ser Almirante-mor da frota lusitana, chega a Portugal acompanhado por vinte genoveses. Seguir-se-lhe-ão Niccoloso da Recco, Antonio Usodimare, Alvise da Cadamosto, os Perestrello e os Da Noli, num intercâmbio de saberes emblematizado pela figura de Cristóvão Colombo.

No domínio do ensino universitário, é desde muito cedo que as escolas italianas atraem intelectuais que, depois de regressarem a Portugal, passam a desempenhar importantes funções no aparelho administrativo do Reino².

² João das Regras e Afonso Nogueira, arcebispo de Lisboa e conselheiro de D. João I, de D. Duarte e de D. Afonso V, estudaram em Bolonha. Ao tempo de D. Afonso V e de D. João II, alguns dos mais destacados juristas régios mandaram os seus filhos estudar para Itália. Pedro Faleiro, desembargador no reinado de D. Afonso V, manda o seu filho, homónimo, para a Universidade de Bolonha. Luís e Álvaro Teixeira, filhos

Pelo que mais directamente diz respeito à cultura literária, recordem-se Rodrigues de Sá de Meneses, que talvez tivesse seguido as lições de Poliziano (de quem Aires Barbosa foi condiscípulo) e Henrique Caiado, que estudou em Bolonha e em Pádua³. Nem deixará de ser sintomático, a este propósito, que três grandes cultores da literatura em vulgar do período que medeia entre finais do século XV e inícios do século XVI tivessem viajado, na história ou na lenda, até Itália — Garcia de Resende, Bernardim Ribeiro e Sá de Miranda⁴. Aliás, se já D. Afonso V fora educado por dois mestres italianos, Mateus Pisano e Estevão de Nápoles, D. João II chama a Portugal o humanista Cataldo Sículo, confiando-lhe a formação de D. Jorge, seu filho bastardo.

Mas o dinamismo que é consuetudinariamente associado às relações Portugal-Itália, nos séculos do Humanismo, ora é confirmado, ora é desmentido pelos registos da história. A correspondência de Angelo Poliziano, Flavio Biondo e Poggio Bracciolini documenta um interesse pela cultura portuguesa que ambiente régio não incentivou, deixando assim em branco páginas que poderiam ter constituído, indubitavelmente, um brilhante capítulo dos seus anais.

3. A Universidade de Coimbra desempenhou um papel de relevo na difusão dos ideais do Humanismo e do Renascimento, fenómenos cujo cunho é inequivocamente italiano. Como tal, começaremos por nos interrogar acerca da presença de mestres italianos nas suas cátedras. É sabido que a transferência dessa instituição, para Coimbra, em 1537, e a fundação do Colégio das Artes nessa mesma cidade, no ano de 1547, são marcos miliários da história da pedagogia portuguesa⁵. A renovação dos *curricula*,

de João Teixeira (também ele viajante por terras de Itália) e sobrinhos de Luís Teixeira (que havia frequentado Direito em Siena), rumam para Florença, munidos de uma recomendação dirigida pelo próprio rei João II a Poliziano. O mesmo foi o rumo de Gonçalo Mendes, filho de Pedro de Coimbra, depois nomeado Desembargador do Reino. Vd.: Rau, V., 1969 e 1972; Ramalho, A., 1983; e Sá, A., 1983.

³ Sá, A., 1956 e 1983; Ramalho, A., 1969 e 1983; Dias, J., 1969; Rebelo, L., 1982.

⁴ Marnoto, R., 1997, cap. II.

⁵ Para um bosquejo da história da Universidade de Coimbra, vd. Rodrigues, M., 1991. Acerca do Colégio das Artes, vd. Brandão, M., 1924-33.

que anda aliada à leccionação de professores de renome, vindos de vários países da Europa, confere elevado nível ao ensino ministrado não só na Universidade, como também nos Colégios.

Por consequência, as conclusões a que nos levou a indagação da presença de professores italianos em Coimbra não deixam de ser surpreendentes. Apesar de termos folheado o *Alfabeto dos lentes da insigne Universidade de Coimbra desde 1537 em diante*, de Francisco Leitão Ferreira, bem como os volumes que Mário Brandão dedicou a *O Colégio das Artes*, na esperança de encontrarmos referências recorrentes a mestres italianos, tais expectativas foram goradas. No campo das Humanidades, apenas há a registar a presença do Mestre Manuel Eusébio de Imola, um judeu italiano convertido ao catolicismo muito antes de ter chegado a Portugal, vindo de França, com o Colégio de André de Gouveia. Teólogo e hebraísta, por provisão régia de 16 de Fevereiro de 1548 foi mandado ler duas cadeiras de hebreu, uma no Colégio das Artes, outra na Universidade⁶. “Mestre Eusébio, de triste memória” – é como o apelida Mário Brandão, pensando que teria sido expulso do Colégio ainda ao tempo do principalato de João Costa, em virtude do seu comportamento desregrado⁷. Para além da sua presença, apenas há a assinalar, no campo da jurisprudência, a do romano Fabio Arcas de Narcia, que foi Lente de Prima de Leis entre 1547 e 1554, ano da sua morte⁸.

Pelo que diz respeito aos séculos subsequentes, não foram encontradas pistas susceptíveis de asseverarem a passagem de professores italianos pela Universidade de Coimbra, nem na área das Humanidades, nem no domínio das Ciências e da Medicina. A assinalar, tão só, no índice de Leitão Ferreira, o registo do nome de João Torriano, monge de S. Bento que foi lente de matemática em 1653⁹. Trata-se, porém, de um português, filho do italiano

⁶ Ferreira, F., 1937: 218; e Brandão, M., 1924-33: 1.83-84. Adoptamos a grafia dos antropónimos geralmente utilizada na bibliografia portuguesa.

⁷ *Ib.*: 83 e 115.

⁸ Ferreira, F., 1937: 218.

⁹ *Ib.*: 187.

Leonardo Torriano, engenheiro-mor do Reino ao tempo dos Filipes, e de Dona Maria Manuel da Cunha Faria.

Quando, em 1772, o Marquês de Pombal empreende a reforma da Universidade, é notável o contributo dado por professores vindos de Itália para a renovação dos *currícula*¹⁰. A sua actividade limita-se, porém, à área das ciências exactas. Em destaque, Giovanni Antonio dalla Bella, professor de física experimental vindo de Pádua, que já havia ensinado no Colégio dos Nobres. Em finais de 1772, dalla Bella regressou a Portugal e, em inícios do ano seguinte, instalou-se definitivamente em Coimbra, para dirigir o Gabinete de Física da Universidade, em consonância com os desígnios do Marquês. Também o engenheiro italiano Miguel Cierra, que foi lente de astronomia por estes mesmos anos, assumindo um papel de destaque na elaboração dos seus estatutos, fizera parte do corpo docente do Colégio dos Nobres. Recordem-se, além disso, Domenico Vandelli, insigne professor de química e de história natural, cujo nome se encontra ligado à construção do Jardim Botânico, Miguel Franzini, matemático, e Luís Chicci, médico.

4. É com a criação da Faculdade de Letras de Coimbra, em 1911, que é institucionalizado o ensino da língua e da literatura italianas. De acordo com o artigo 1º do decreto publicado pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial no *Diário do Governo* nº 109 de 11 de Maio de 1911, com força de lei de 9 de Maio, compete às novas Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa “o aperfeiçoamento e a expansão da alta cultura intelectual no domínio das ciências filosóficas, filológicas, históricas e geográficas, e a preparação científica para o exercício das profissões que exigem o conhecimento daquelas ciências”¹¹.

¹⁰ Carvalho, R., 1978.

¹¹ O ensino da literatura, ao nível superior, é instituído por D. Pedro V, quando este monarca, no ano de 1858, funda em Lisboa o Curso Superior de Letras. Na primeira versão do plano de estudos, figura uma disciplina intitulada “Literatura moderna na Europa”. Mas esse curso gerou uma grande insatisfação. O empenhamento do Governo republicano na criação das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa fica bem patente na lista de nomes que assinam o decreto, Joaquim Teófilo

É na segunda das cinco secções em que são divididas, a de Filologia Românica, que se integra a docência de uma disciplina de “Literatura Espanhola e Italiana”, como o estabelece o art. 2º. Em conformidade com o § 5º do art. 4º, trata-se de um curso semestral¹². Mas os planos de estudo das várias licenciaturas são apresentados nos seus traços gerais, cabendo à Direcção de cada Faculdade o seu desenvolvimento específico.

Nos arquivos da Faculdade de Letras de Coimbra, encontram-se depositados, além de outros documentos de grande interesse, livros de sumários e livros de registo do serviço dos lentes que testemunham aspectos muito detalhados das actividades pedagógicas nela desenvolvidas desde o ano da sua fundação, pesem embora algumas falhas. Por sua vez, nas actas da Faculdade, parcialmente editadas, podem-se colher várias informações acerca do seu funcionamento. Trata-se, em todo o caso, de materiais dispersos e fragmentários. A sua sistematização num quadro orgânico é, pois, uma tarefa essencial ao posterior desenvolvimento de qualquer estudo específico acerca da história do ensino do italiano.

As primeiras aulas ministradas nesta instituição, no âmbito da italianística, foram leccionadas por Ferrand Pimentel de Almeida no ano lectivo de 1913-14 — um “Curso Livre de Língua Italiana”. Digamos que uma tal iniciativa é fruto do puro interesse dispensado pelo Professor de Coimbra à disciplina. Ao abrigo do artigo 5º do decreto publicado a 11 de Maio de 1911, “Além das matérias indicadas no Art. 3º, poderão ser professadas nas Faculdades, em cursos livres gerais ou especiais, quaisquer outras matérias do quadro das ciências filosóficas, filológicas, históricas e geográficas”. No ano académico que se segue, funciona, pela primeira vez, a disciplina semestral de Literatura Espanhola e Italiana. No livro de serviço dos lentes e em alguns registos do curso prático, a cadeira é, porém,

Braga, António José de Almeida, Afonso Costa, José Relvas, António Xavier Correia Barreto, Amaro de Azevedo Gomes, Bernardino Machado e Manuel de Brito Camacho.

¹² “O ensino das literaturas espanhola e italiana, da história das religiões, da geografia de Portugal e colónias, da etnologia e da psicologia experimental durará um semestre”.

designada como “Língua e Literatura Espanhola e Italiana”¹³. Essa adaptação poder-se-á encontrar eventualmente relacionada com questões de ordem científico-pedagógica e funcional. Por um lado, o ensino da literatura sem o ensino da língua seria considerado desadequado. Por outro lado, a Faculdade de Letras valia-se de alguns elementos do seu corpo docente que eram excelentes conhecedores do processo de formação das línguas românicas.

A docência da nova disciplina foi confiada a Eugénio de Castro e Almeida, nela se encontrando registados seis alunos. Pelo que diz respeito à parte italiana, são estudados passos da *Commedia*, sonetos de Petrarca e uma novela do *Decameron*, através de uma metodologia que, tanto quanto é revelado pelos sumários, privilegia a tradução. A regência do curso será assumida pelo mesmo Professor nos anos lectivos subsequentes, até 1917-18, e, novamente, no período que medeia entre 26-27 e 28-29, nos anos de 30-31 e de 31-32, e ainda de 33-34 a 37-38. Na verdade, Eugénio de Castro manteve relações muito próximas com a Itália, país onde a sua obra foi traduzida e editada. Os seus poemas suscitaram uma entusiástica recepção crítica logo que começaram a ser divulgados nesse país, ainda em finais do século XIX¹⁴.

Por sua vez, o nome de Ferrand Pimentel de Almeida encontra-se associado ao ensino da literatura italiana nos anos de 1918-19 e de 19-20. O âmbito do programa da disciplina não sofreu, nessa ocasião, alterações de relevo, incidindo sobre o período das Origens e sobre Dante. Este Professor virá ainda a assumir a sua docência num período mais tadio, entre os anos de 42-43 e 53-54, neste último ano lectivo já em colaboração com Joséerculano de Carvalho.

¹³ Além disso, nos vários documentos de arquivo consultados, as designações de “Literatura Italiana” e de “História da Literatura Italiana”, bem como outras afins, referem, frequentemente, um mesmo curso.

¹⁴ Vd. o elenco das suas traduções para italiano contido em Gola, S., 1999: 89. A proximidade de tais elos é simbolizada pela atribuição a Eugénio de Castro, em 1936, do grau de Grande Oficial da Coroa de Itália.

A publicação, pela Repartição de Instrução Universitária da Secretaria de Estado da Instrução Pública, do decreto nº 4:651 no *Diário do Governo* de 14 de Julho de 1918, 1ª série, nº 157, 2º suplemento, e do decreto nº 4:945 no *Diário do Governo* de 7 de Novembro do mesmo ano, 1ª série, nº 241, introduz nos cursos de Letras alterações que terão por consequência a passagem da designada disciplina de “Literaturas Espanhola e Italiana” de semestral a bi-semestral¹⁵.

Face a essas modificações, mais se acentua a singularidade do seu enquadramento científico-pedagógico, no âmbito do plano de estudos das filologias. Todas as literaturas ministradas na Faculdade de Letras, que não a portuguesa (grega, latina, francesa, inglesa e alemã), funcionam em cursos de língua e de literatura, excepção feita ao curso de literatura espanhola e italiana, o único que não segue esse modelo.

Nesse conturbado período¹⁶, a docência da literatura italiana passa das mãos de Ferrand de Almeida para as de Joaquim Mendes dos Remédios, que dela se ocupa entre 1920-21 e 24-25. Logo no primeiro destes cinco anos, estende o seu programa até ao século XVI, alargando assim o âmbito da disciplina a mais dois séculos de literatura. Além de Dante, Petrarca e Boccaccio, inclui também o estudo de Poliziano, Sannazaro, Boiardo e Ariosto.

¹⁵ Conforme o consigna, especificamente, o art. 2º do decreto nº 4:945, p. 1910.

¹⁶ Leonardo Coimbra, Ministro da Instrução Pública, leva a cabo uma profunda transformação do *curriculum* da secção de Filosofia das Faculdades de Letras, a qual, nos meios conimbricenses, logo é alvo de contestação. Perante a situação criada, em Maio de 1919 o Ministro decreta a extinção da Faculdade de Letras de Coimbra e a sua transferência para o Porto, bem como a fundação de uma Faculdade Técnica, com uma Escola de Belas-Artes a ela anexa, que a substitua. Este conjunto de medidas foi mal recebido por uma cidade que sentiu os seus créditos abalados, e onde logo se gerou um movimento de agitação no qual participaram não só estudantes e professores, como também marinheiros e gente do povo. O governo caiu e a Faculdade de Letras manteve-se, vindo a ser efectivamente fundada uma outra no Porto, que teve como Director Leonardo Coimbra. Vd. a síntese contida em Carvalho, R., 1996: 689-91.

É em 1921-22 que a disciplina de Literatura Espanhola e Italiana funciona, pela primeira vez, como anual. Integra-se no quarto ano e último ano lectivo do curso de Filologia Românica. Pelo que diz respeito à parte italiana, Mendes dos Remédios procede, nesse mesmo ano, a mais um avanço no tempo, acrescentando aos autores cujo estudo fora incluído no programa de 1920-21 um outro nome de primeira grandeza, Torquato Tasso.

Entretanto, em 1925-26 a parte da disciplina que incide sobre literatura italiana é leccionada por um estrangeiro, Raymond Bernard. Os sumários são escritos em francês e os conteúdos programáticos reduzem-se às Origens e ao *Inferno* de Dante. Nos anos subsequentes, o seu docente voltará a ser Eugénio de Castro.

Na sequência do decreto nº 12:677 da Direcção Geral do Ensino Superior, Secundário e Artístico do Ministério da Instrução Pública, publicado no *Diário do Governo* de 17 de Novembro de 1926, 1ª série, nº 257, e conforme o confirmam o decreto nº 17:063 de 3 de Julho de 1929, do *Diário do Governo*, 1ª série, nº 149, bem como o decreto nº 18:003 de 25 de Fevereiro de 1930, do *Diário do Governo*, 1ª série, nº 46, a literatura italiana e a literatura espanhola passam a ser leccionadas em cursos autónomos, com duração semestral¹⁷. Ambas se inserem no quarto e último ano da licenciatura¹⁸. Apesar de esta medida não introduzir alterações de relevo, assim poderia ser eventualmente instituído um equilíbrio entre as duas matérias. Com efeito, dos registos dos sumários da disciplina, nos termos em que era ministrada na Faculdade de Letras de Coimbra, transparece a maior atenção que, não raro, era conferida aos conteúdos programáticos da parte italiana. O quadro legal manter-se-á substancialmente inalterado até 1957.

¹⁷ No decreto nº 12:677, é referido um “Curso de história da literatura Italiana” (p. 1903) e uma disciplina intitulada “História da literatura italiana” (p. 1904). Nos decretos 17:063 (pp. 1619-20) e 18:003 (pp. 364-65), é utilizada a designação “Literatura italiana”.

¹⁸ Decreto nº 12:677, p. 1904; decreto nº 17:063, p. 1620; decreto nº 18:003, p. 365.

Durante este período, a docência da disciplina contou com a colaboração de alguns italianos. Em 1929-30, é ministrada por Guido Battelli¹⁹, que procede a uma substancial reformulação do programa. As primeiras aulas do curso são consagradas a Carducci, d'Annunzio e Pascoli, depois do que é feita uma incursão por Manzoni, Verga e Fogazzaro, daí passando a Papini, Giuliotti, Levasti, Leopardi, Boito e De Amicis, ao longo de um percurso cujos elos nem sempre são muito claros. Quer Raymond Bernard, o primeiro estrangeiro a leccionar literatura italiana em Coimbra, quer Guido Batelli, mantinham relações de proximidade com Eugénio de Castro. Tal como Bernard foi um estudioso da sua obra poética e seu tradutor para francês, assim Batelli verteu alguns dos seus versos em italiano²⁰. Nos anos lectivos seguintes, a disciplina voltará a ser regida por Eugénio de Castro, que alarga, também ele, o âmbito de incidência dos conteúdos programáticos, acrescentando a um primeiro núcleo, onde são estudados Dante e Petrarca, um segundo, que inclui Leopardi e Manzoni. Em 32-33, a cadeira é confiada a um outro italiano, Ippolito Galante, que a rege gratuitamente, conforme consta dos registos das lições, aliás muito incompletos. No ano seguinte, assumirá igualmente a regência, a título gratuito, de um Curso Livre de Língua Italiana²¹.

¹⁹ O início da colaboração de Guido Batelli com a Faculdade de Letras remonta a 1928, quando assume funções docentes, como professor de italiano, no Curso de Férias; cf. Rodrigues, M., 1989-91: 2.104, sessão de 26 de Janeiro de 1928. Battelli é convidado a reger a cadeira de Literatura Italiana por decisão do concelho reunido a 28 de Outubro de 1929; cf. Rodrigues, M., 1989-91: 2.130.

²⁰ Cf. as informações editoriais coligidas por Gola, S., 1999:passim.

²¹ Na sessão de 27 de Julho de 1933, o Conselho da Faculdade aprecia o desinteresse com que Ippolito Galante, “[...] um espírito eminentemente culto e um humanista de raro mérito”, tem vindo a prestar os seus serviços à Faculdade. Feita a apresentação do seu *curriculum*, acompanhada pelas palavras de louvor que acerca dele haviam sido formuladas pela Direcção-Geral de Instrução Superior do Ministério da Educação Nacional de Itália, é proposta e aprovada a sua contratação como professor auxiliar provisório do grupo de Filologia Clássica (Rodrigues, M., 1989-91: 2.221). Assumiu a regência da disciplina de Gramática Comparativa do Grego e do Latim (*ib.*: 2.238-39, acta de 3 de Fevereiro de 1934). Uma autorização para a regência do Curso Livre de Língua Italiana é solicitada e aprovada nessa mesma sessão de 3 de Fevereiro de 1934.

Em 1938-39, um novo Professor da Faculdade de Letras vem encarregar-se da docência, Manuel de Paiva Boléo, que conta com a colaboração de Leo Magnino. Ao habitual módulo formado por Dante, Petrarca e Boccaccio, segue-se um outro onde são estudados Lorenzo di Medici, Poliziano, Boiardo, Tasso e Ariosto.

Nos três anos seguintes, será confiada a Joseph Maria Piel, que consagra inteiramente o curso ao estudo do *Inferno*.

Quando, em 1942-43, Ferrand Pimentel de Almeida retoma a leccionação, que assumirá até 53-54, é para imprimir à disciplina uma orientação tendencialmente monográfica. Os conteúdos programáticos são renovados de ano para ano, incidindo sobre autores que vão desde o século XIV até aos primórdios do século XX. Ao longo desse período, ministra cursos dedicados a Leopardi (42-43, 43-44 e 48-49), Petrarca (44-45 e 49-50), Carducci (45-46), Pascoli (46-47), Tasso (47-48) e Ariosto (52-53). A partir de 44-45, a docência é complementada por um designado “Curso Prático”, ou “Aulas Práticas”, ministrados por um docente italiano. Os seus objectivos são de ordem linguístico-literária, encontrando-se na sua base uma ampla antologia de autores. De 1944-45 a 47-48, esses sumários são assinados por Vincenzo Spinelli e, de 49-50 a 53-54, por Vincenzo Cocco²². As lições deste docente são ministradas continuamente ao longo de todo o ano lectivo. Na verdade, fora Ferrand Pimentel de Almeida quem ministrara o primeiro curso de língua italiana da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra no ano de 1913-14. A metodologia instituída por este Professor,

²² A contratação de Vincenzo Cocco como assistente de Filologia Clássica foi aprovada em reunião de 2 de Abril de 1943, conforme resulta do fl. 51 das *Actas dos Conselhos da Faculdade de Letras*. Do período que medeia entre 1955 e 1960, momento em que entra em funções Giacinto Manuppella, não resulta qualquer registo de um curso prático, embora alunos que frequentaram a Faculdade por esses anos atestem a actividade de um Leitor de italiano. Esse vazio mostra, porém, que a sua presença se enquadraria num contexto muito particular. Por sua vez, ao longo da década de 50, são várias as alusões, registadas nas *Actas dos Conselhos da Faculdade de Letras*, a contactos mantidos com o Instituto de Cultura Italiana tendo em vista a nova nomeação de um Leitor de italiano.

quando, na década de 40, retoma a leccionação da disciplina, parece encontrar-se embrionariamente presente nessa sua primeira experiência. Estavam então criadas condições para que a associação entre o estudo da literatura e o da língua se fizesse mais sólida. Contudo, essa metodologia não era suportada por um quadro legal que instituisse a obrigatoriedade do correlato ensino da língua, devendo-se tão só a uma opção da Faculdade.

Em 1953-54, a disciplina de Literatura Italiana foi ministrada conjuntamente por Ferrand Pimentel de Almeida e por José Gonçalves Herculano de Carvalho, que assegura a respectiva docência até 59-60. Não foram encontrados registos através dos quais possa ser comprovado o funcionamento de um curso prático a partir de 1954. Com Herculano de Carvalho, o programa volta a centrar-se sobre o período das Origens e sobre as figuras de Dante, Petrarca e Boccaccio, sendo dispensada particular importância a questões de carácter linguístico.

Ao longo deste amplo arco cronológico, não se verifica, todavia, uma substancial evolução, pelo que diz respeito ao estudo da língua e da literatura italianas. A disciplina de Literatura Italiana, apesar de se ter autonomizado relativamente à de Literatura Espanhola, continuou a ocupar um semestre. Os problemas suscitados pelo ensino de uma literatura à margem da docência da língua permanecem, sendo notório o esforço da Faculdade, nem sempre bem sucedido, para colmatar essa lacuna através do recurso à colaboração permanente de docentes italianos. Paralelamente, merece destaque a tentativa de incluir o estudo de autores a situar para além do século XIV, embora a reduzida duração do curso obrigue o docente a um esforço de síntese que, no âmbito de uma literatura tão rica como a italiana, é verdadeiramente sublime. Daí que Ferrand Pimentel de Almeida tivesse optado pela concentração dos conteúdos programáticos em torno de um ou dois autores. Em todo o caso, da literatura do século XX apenas são estudados os últimos simbolistas, sem que a ficção narrativa ou o teatro sejam afluídos. Aliás, a Faculdade de Letras chegou a assumir um importante papel na divulgação da língua e da cultura italianas a um vasto público, quando incluiu nos seus Cursos de Férias uma vertente italianista. As actas da Faculdade documentam muito bem, todavia, as dificuldades económicas

e os imperativos de uniformização nacional com que a sua organização teve de se confrontar. Em 3 de Julho de 1937, decide o Conselho reduzir a presença estrangeira a três domínios, o francês, o inglês e o alemão, por supressão das áreas do espanhol e do italiano, pese embora a discordância de Ferrand de Almeida²³.

A docência do curso de Literatura sempre foi assumida por ilustres mestres da Universidade de Coimbra, todos eles figuras intelectuais de primeiríssimo plano. Todavia, os estudos italianos não foram, para nenhum deles, a principal área de investigação. Eugénio de Castro mantinha muitos contactos com a Itália, mas dedicou-se, em particular, à investigação na área do francês. Joseph Maria Piel consagrou o seu labor ao estudo da língua e da literatura portuguesas. Ferrand Pimentel de Almeida foi um conceituado germanista. Mendes dos Remédios foi um notável hebraísta e um grande estudioso da literatura portuguesa. Por sua vez, Herculano de Carvalho e Manuel de Paiva Boléo distinguiram-se, sobremaneira, enquanto linguistas. Além disso, os estrangeiros que colaboraram na docência fizeram breves passagens pela Universidade, sem que com ela tivessem estabelecido ligações académicas profundas. Desta feita, na Faculdade de Letras de Coimbra nunca se formou uma escola de italianística, em sentido genuíno. Esta situação de inércia é tanto mais singular, se tivermos em linha de conta não só a proximidade das relações entre o Estado Novo e o Fascismo italiano, como também o apoio que, a vários títulos, foi conferido pelo Governo italiano à Faculdade de Letras de Coimbra.

²³ “Prosseguindo nas suas considerações, pondera o Doutor Ferrand a deficiência do programa em discussão, quanto à cultura estrangeira. A supressão das duas línguas espanhola e italiana não pode aprovar-se: o espanhol faz falta, não só pelas suas ligações com as nossas terras, mas ainda porque muitos estrangeiros o têm procurado nos nossos Cursos de férias; do italiano se pode dizer o mesmo e até do ponto de vista diplomático era conveniente não o excluir, pois todos sabem que muitos esforços se têm feito para estabelecer um Leitorado normal de língua italiana. Se se argumenta com a pouca frequência é por deficiente informação, e se se não estabeleceu ainda a corrente, deve estabelecer-se mediante propaganda. A aula de italiano do Prof. Valentini esteve cheia e fechou ainda com 25 alunos.” (*Actas dos Conselhos da Faculdade de Letras*, fl.16-16vs).

A política externa de Mussolini não descurou a importância de Coimbra e da sua Universidade, enquanto grande centro de produção e difusão de cultura. Neste plano, duas iniciativas merecem destaque, a criação de uma Sala Italiana na Faculdade de Letras e, mais tarde, de uma secção do Instituto de Cultura Italiana em Coimbra.

Foi em 1927 que o Governo italiano, por intermédio de Guido Vitaletti, propôs à Faculdade a criação da Sala Italiana²⁴. Obtido o necessário apoio ao projecto, o Ministro de Itália em Lisboa logo se encarregou do seu apetrechamento bibliográfico e da sua decoração, aliás com mãos largas²⁵. No verão de 1929, ele próprio inaugurou o novo espaço, proferindo uma conferência por essa ocasião²⁶. A Sala Italiana teve como primeiro director Eugénio de Castro. Nas actas dos Conselhos da Faculdade de Letras, colhem-se informações acerca da leccionação, por esses anos, de um Curso Livre de Italiano, cujos sumários não foi possível, no entanto, localizar. A

²⁴ Refere a acta da sessão de 21 de Maio de 1927 que Vitaletti “[...] pergunta a) se a Faculdade está disposta a ceder uma sala do seu edifício para a instituição de uma ‘Sala Italiana’ b) outrossim a prover a referida sala com o mobiliário necessário c) se autoriza a que passem da Faculdade para a ‘Sala Italiana’ as obras italianas já existentes na Biblioteca não só para evitar duplicados, mas também porque algumas dessas obras estão esgotadas e não poderiam agora adquirir-se d) por fim, se a Faculdade está no propósito de conceder, eventualmente, outras facilidades para a instituição da mencionada ‘Sala Italiana’. O Conselho da Faculdade, manifestando a sua satisfação e o seu aplauso pelo projecto da fundação da ‘Sala Italiana’, resolve autorizar o Ex.º Director a responder afirmativamente àquelas perguntas” (Rodrigues, M., 1989-91: 2.83).

²⁵ A chegada de remessas de livros a Coimbra, por oferta do Governo italiano, encontra-se registada em várias actas. A generosidade dessa colaboração é bem exemplificada pelo seguinte passo da acta da sessão extraordinária de 26 de Janeiro de 1928: “O Ex.º Director participa a chegada a Coimbra do Sr. Guido Vitaletti, que se propõe fazer um curso livre de Estudos Italianos sem direito a remuneração. Resolve-se aceitar esta gentil colaboração daquele professor italiano, que anunciou a próxima chegada a Coimbra de cerca de 3.000 volumes de literatura italiana para a respectiva sala na Faculdade de Letras, e ainda participou que o governo italiano tenciona mandar cobrir de damasco as paredes da Sala Italiana e ornamentá-la com alguns quadros originais de pintores daquela nacionalidade.” [sic] (Rodrigues, M., 1989-91: 2.104).

²⁶ Acta da sessão ordinária de 6 de Junho de 1929, Rodrigues, M., 1989-91: 2.126.

partir de 1928, é assegurado por Guido Vitaletti. A sua docência será depois continuada por Ippolito Galante e, a partir de finais de 1934, por Alessandro Valpicelli. Em 1937, surgem os nomes de Valenti e de Fernando Manno e, em 1938-39, o de Leo Magnino. Esses serviços são remunerados pelo Governo italiano²⁷.

Além disso, funcionou também em Coimbra, entre finais da década de 30 e inícios da década de 40, uma delegação do Instituto de Cultura Italiana que, nos últimos anos, se encontrava sediado numa moderna artéria junto à Baixa e próxima da Universidade, na Avenida Navarro, nº 59²⁸. Dos respectivos relatórios de contas, é possível deduzir a existência de uma actividade que passava quer pela docência de cursos de língua, quer pela divulgação da cultura italiana nos Liceus e na Universidade, através da organização de concursos, da projecção de filmes e de outras iniciativas. Na sua biblioteca, encontravam significativo espaço não só os grandes autores das letras italianas de todos os tempos, como um fundo de orientação ideológica fascista. Esse acervo, dotado de um grande valor histórico, abrange obras de apologia do *Duce*, edições dos seus discursos, algumas das quais em tradução portuguesa, monografias consagradas a questões coloniais, ou agendas e guias da vida doméstica dirigidos a um público feminino. Este organismo mantinha relações regulares com membros da Faculdade de Letras e com os meios germânicos. Quando o conflito mundial se agudizou, foi forçado a fechar as suas portas, que não voltaram a ser abertas. O seu espólio foi então transferido para o Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras.

De outra forma, o impacto dos modelos culturais ditados pelo regime de Mussolini fica bem patente no plano ideado pelos técnicos do Estado Novo

²⁷ Parte dos referidos nomes aparece salteadamente nos documentos de arquivo consultados. Apesar de o Curso Livre de Italiano ter funcionado, ao longo dos anos, graças à presença de leitores de italiano remunerados pela Embaixada, não foi encontrado qualquer documento susceptível de definir nem o seu estatuto perante a Universidade, nem o âmbito científico-pedagógico onde se inseria a sua actividade.

²⁸ Alguns registos desse Instituto encontram-se hoje depositados no Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras de Coimbra.

para a Alta de Coimbra. Foi seu supremo mentor o arquitecto Cottinelli Telmo, uma personalidade polifacetada com experiência em vários ramos das artes. Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas, nomeara-o Arquitecto-chefe da Exposição do Mundo Português em 1939. Em finais de 1946 e inícios de 1947, ou seja, já depois da queda de Mussolini, juntamente com Maximino Correia e outros membros da Comissão de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, descreve um alargado périplo que o leva pela Itália, pela Suíça e pela Alemanha, a fim de visitar instalações universitárias e hospitalares. O plano promovido por Mussolini, ao mandar destruir uma zona antiga de Roma para nela edificar um monumental complexo universitário, impressionou fortemente o arquitecto português²⁹.

Apesar de a dilucidação pormenorizada dos contornos deste quadro ultrapassar os limites da presente intervenção, importa desde já esquisar os seus fundamentos. No seio do Governo do Estado Novo, a actuação de Mussolini suscitou reacções e mereceu avaliações de ordem bastante diversa, em consonância com os âmbitos de incidência e as personalidades em causa. É inegável o facto de que o Estado Novo, em particular na fase que costuma ser situada entre 1933 e o fim da Segunda Guerra, se formou e solidificou a partir de claras sugestões do regime de Mussolini. Mas a feição urbana, industrial e cosmopolita do executivo fascista não merecia o apreço daqueles membros do Governo português que eram apologistas do ideário ruralista, a começar pelo próprio Salazar, muito ligado, como é sabido, ao meio universitário conimbricense. Quando Salazar trocou o magistério de Coimbra pela cadeira de Ministro, guiava-o o objectivo de construir um Estado “científico”, “magistral”, como se se tratasse de um prolongamento das suas funções universitárias, criando assim aquilo que Miguel de Unamuno, em 1935, designava como um “fascismo de cátedra”³⁰. A afinidade com o programa culturalista de Mussolini, por sua vez, é sobremaneira emblematizada pela acção do Secretariado da Propaganda Nacional e pelo seu dirigente, António Ferro³¹. É nesse contexto que se

²⁹ Aos contornos próximos dessa conexão alude Rosmaninho, N., 1996.

³⁰ Torgal, L., 1991:407-8, também fonte das referências a Unamuno e a Morais Sarmiento (408-9).

³¹ França, J., 1979; Portela, A., 1987; e Bandeirinha, J., 1996.

enquadram os projectos promovidos pela Comissão de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, inspirados pela mesma linguagem monumentalista que imbuíra algumas obras do *Duce*. Entretanto, quando em 1944 o Secretariado da Propaganda Nacional é transformado no Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, este organismo assume funções mais claramente coercivas, e a clivagem com António Ferro vai-se acentuando.

A sintonia ideológica entre Estado Novo e Fascismo não se reflectiu, em termos produtivos, sobre o desenvolvimento dos estudos italianos na academia de Coimbra³². Se a actividade da Sala Italiana nunca ultrapassou objectivos pontuais e se as iniciativas de propaganda que promoveu foram vistas com hostilidade, não raro, pela população estudantil³³, a existência do Instituto Italiano de Cultura reduziu-se a um fogo fátuo. Todavia, após a queda do Fascismo, os novos Governos da Itália democrática e liberal não conferiram uma verdadeira dinâmica à sua representação na cidade de Coimbra e na sua Universidade.

As subsequentes medidas legislativas dizem respeito ao decreto nº 41 341 da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes do Ministério da Educação Nacional, publicado no *Diário do Governo* de 30 de Outubro de 1957, 1ª série, nº 246, que institui uma reforma da lei orgânica das Faculdades de Letras. Nos considerandos iniciais, não deixa de se

³² A influência da pedagogia fascista foi mais notória nas directrizes que nortearam o ensino secundário e, em particular, o ensino primário, cujos manuais foram elaborados com base no modelo italiano. Vd. Carvalho, R., 1996: 766-68.

³³ Serve-nos de fonte o testemunho de Maria Fernandes Pereira da Silva, que frequentou o curso de Filologia Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra durante o período compreendido entre 1937 e 1941. Dos episódios que recorda, regista-se o ocorrido em data não muito distante de 1940, relativo à exposição de bibliografia fascista montada na Sala Italiana que os alunos da Faculdade eram coagidos a visitar. Quando o material exposto apareceu danificado, a polícia de Coimbra interveio prontamente, identificando e interrogando todos os alunos que nesse dia tinham permanecido até mais tarde nas instalações da Faculdade, como era o caso dos membros do grupo de teatro do qual Maria Fernandes Pereira da Silva fazia parte.

reconhecer, pelo que concerne as ciências filológicas e outras do ramo humanístico, que “[...] o aspecto institucional desse básico sector da cultura, tanto no campo didáctico como no dos centros de pesquisa, está longe de ser actualizado e eficiente”. A reestruturação propõe-se como finalidade, “1º Formação de um escol no domínio das letras e da cultura humanística, em sentido lato. 2º Preparação de professores de ensino secundário, particularmente de ensino liceal, e de peritos de outros ramos da vida cultural. 3º Aprendizado da investigação científica no âmbito das disciplinas aí professadas”. Mas um dos objectivos que merece maior relevo diz respeito à colmatação das carências que se verificam no domínio da formação de professores, razão pela qual o diploma aumenta o número de anos escolares da licenciatura de quatro para cinco. Nesse âmbito, o estudo quer da literatura espanhola, quer da literatura italiana, é instituído com duração anual. O alargamento da duração destes cursos parte do reconhecimento da necessidade de leccionar não só literatura, como também língua, um problema que de há muito afectava o desenvolvimento dos estudos italianos³⁴. Desta feita, a disciplina de “Língua e Literatura Italiana” é inserida no quinto ano da licenciatura em Filologia Românica, no qual são também incluídos um seminário e uma disciplina de Literatura Brasileira.

A passagem dessa disciplina a anual coincide, na Faculdade de Letras de Coimbra, com o início da actividade docente de Giacinto Manuppella. Contratado como leitor em ~~1966~~, manter-se-á ligado à Faculdade até 1975.³⁵ Ao longo desses anos, o programa da cadeira é constituído por um núcleo básico consagrado ao período das Origens e a Dante, Petrarca e Boccaccio, ao qual se segue um outro que incide sobre Renascimento, Barroco ou Neoclacissismo, mas sem nunca ir além do Romantismo.

Com o decreto nº 48 627 do Ministério da Educação Nacional, publicado no *Diário do Governo* nº 240, 1ª série, de 12 de Outubro de 1968, são,

³⁴ “Passaram a cadeiras anuais, como, pelo menos, se impugna, os cursos semestrais de Literatura Espanhola e Literatura Italiana, por enquanto extensivos ao estudo das línguas respectivas.” (p. 1033).

porém, introduzidas novas alterações, que têm por objectivo fornecer os quadros necessários para mais urgentemente dar resposta à afluência de alunos ao ensino secundário, conforme consta do seu texto. É, pois, instituído o grau de bacharel, no final do terceiro ano da licenciatura que confere habilitação académica suficiente para admissão ao estágio de preparação para professores. A disciplina de “Língua e Literatura Italiana” mantém-se como anual mas, integrada no quarto ano, em regime de opção condicionada com “Língua e Literatura Espanhola”.

Apesar de este diploma reduzir o espaço reservado ao estudo curricular da língua e da literatura italianas, a partir de finais da década de sessenta a italianística recebe, na Faculdade de Letras de Coimbra, um notável impulso, o que em boa parte se deve ao interesse e à preparação de Giacinto Manuppella. Em 1972-73, funciona o primeiro Seminário de Literatura Italiana, integrado no quinto ano da licenciatura em Filologia Românica. Esse curso voltará a ser dirigido por Manuppella em 73-74 e em 74-75. Os seus conteúdos programáticos abarcam um quadro semelhante ao da disciplina de Língua e Literatura Italiana. Sob sua orientação, foram elaboradas várias teses de licenciatura em italiano³⁵. O seminário voltou a funcionar,

³⁵ Encontram-se depositadas na biblioteca do Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras de Coimbra as seguintes teses de licenciatura, elaboradas no quadro da italianística: Maria Luísa Albuquerque Figueiredo e Silva, *A versão italiana de “Os Lusíadas” de Felice Bellotti*, 1964; Maria Amália Gomes, *O “Pastor fiel” entre Battista Guarini e Tomé Gonzaga*, 1969; Maria Eugénia de Montalvão Freitas Ponce de Leão, *Giuseppe Baretti e as suas “Cartas de Portugal”. Introdução, tradução e comentário*, 1969; Maria de Fátima Carvalho Lopes, *Três momentos da mensagem teatral de Ugo Betti. Un albergo sul prato. Corruzione al Palazzo di Giustizia. L'aiuola bruciata. Introdução, tradução e comentário*, 1972; José Oliveira Barata, *Ángelo Beolco, “o Ruzante”. Um comediógrafo popular do Renascimento italiano (1496-1542)*, 1973; Maria Olívia de Jesus Almada, *Uma poetisa entre mil. Gáspara Stampa*, 1975; Sofia Maria Van Krieken Falcão, *O movimento arcádico nas literaturas italiana e portuguesa*, 1973; Maria Teresa Gil Mendes da Silva, *O renascimento português I. E. 31 da Biblioteca Nacional “Vittorio Emanuele III” de Nápoles. Leitura, introdução, comentário e versão italiana*, 1973; Antónia Moleirinha das Neves, *O soneto de Torquato Tasso a Vasco da Gama. Apresentação e análise crítica das versões*, 1973; Maria da Assunção Fernandes Morais, *Camões, drama de António*

pela última vez, em 76-77, dirigido por José Oliveira Barata, com um curso inteiramente dedicado à literatura do século XX.

Em 1973-74 e em 74-75, as aulas da disciplina são ministradas por Giacinto Manuppella em colaboração com José Oliveira Barata, que assegurará integralmente a sua docência no ano seguinte, quando o mestre italiano se retira, bem como no período subsequente, até 79-80, neste ano já em colaboração com Rita Marnoto. Em 1976-77, é aberto um curso de Língua Italiana, em regime de opção, do qual é encarregada Raffaella Ralha. No ano seguinte, paralelamente à disciplina de Língua Italiana I, funciona uma outra, de Língua Italiana II, fruto do crescente interesse que o estudo da língua suscita junto da população estudantil.

A última grande reestruturação dos cursos de letras tem na sua base o decreto nº 53/78 publicado no *Diário da República* nº 124, 1ª série, de 31 de Maio de 1978, pelo Ministério da Educação e Cultura, que institui o actual sistema de variantes da licenciatura em línguas e literaturas modernas. Este diploma, assinado por Sottomayor Cardia, parte da constatação de que “A imagem das Faculdades de Letras, do seu saber, da sua pedagogia e dos seus referentes ideológicos tem, na prática daquela legislação [decreto 48627 de 12 de Outubro de 1968], sombras muito densas e produziu distorções de métodos, de doutrinas, de objectivos, inconciliáveis com as exigências da vida democrática”. Tendo em linha de conta que se têm “[...] erguido vozes de vários quadrantes, muito especialmente dos sectores pedagógicos secundário e preparatório, contra o baixo nível qualitativo médio do bacharelato”, e que só um reduzido número de alunos conclui a sua tese de licenciatura, o grau de bacharel é abolido e o número de anos da licenciatura é reduzido para quatro, sendo previsto o funcionamento de cursos de pós-graduação. A nova flexibilização das várias áreas de línguas e de literaturas tem por objectivo satisfazer evidentes necessidades no plano da formação de docentes do ensino secundário, sem que deixe de ter em vista novas áreas de trabalho. É também deixada em aberto a revisão da articulação entre o plano de estudos e os agrupamentos de disciplinas, para efeitos de profissionalização na área da docência. Neste plano, são instituídas duas variantes em italiano, Estudos Portugueses e Italianos e

Estudos Franceses e Italianos. A italianística é assim colocada em pé de igualdade com as restantes línguas e literaturas modernas estrangeiras, o francês, o inglês, o alemão e o espanhol. A sua leccionação reparte-se por quatro disciplinas de língua, Italiano I, Italiano II, Italiano III e Italiano IV (Língua e Cultura), e três de literatura, Literatura Italiana I, Literatura Italiana II e Literatura Italiana III. É previsto, ademais, um curso de Cultura Italiana, cuja frequência se considera, todavia, facultativa.

Já a portaria nº 844/87 do Ministério da Educação, publicada no *Diário da República* nº 248, 1ª série, de 28 de Outubro de 1987, consigna apenas o funcionamento da Variante de Estudos Portugueses e Italianos, ao mesmo tempo que institui como obrigatória, neste caso, a disciplina de Cultura Italiana. Além disso, integra um curso de Literatura Italiana no plano curricular da Variante de Estudos Portugueses, em regime de opção condicionada com Literatura Espanhola. Através deste documento, é aceite a proposta apresentada pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que, como tal, regulamenta apenas as licenciaturas nela ministradas. A partir do terceiro ano do curso, é prevista a realização de um conjunto de disciplinas de opção que assegure a formação teórica nas ciências da educação. Mediante a realização de quatro cadeiras de teor científico-pedagógico, integradas nos quatro anos regulamentares, os licenciados poderão habilitar-se à frequência de um segundo módulo, de duração anual, que lhes conferirá a profissionalização para a docência no ensino. Contudo, a italianística não é contemplada por essas saídas profissionais.

O novo plano imprimiu uma considerável dinâmica aos estudos italianos na Faculdade de Letras de Coimbra. O regular funcionamento das oito disciplinas consagradas pela legislação em vigor³⁶ levou à formação de um corpo especificamente preparado para a leccionação nesta área, que

Simeone Sografi, 1973; e Pedro Fernando Pinheiro Barbosa, *Luigi Pirandello e as raízes do teatro moderno*, 1974:

³⁶ Nos anos em que a carga horária dos docentes o permite, é também leccionado um Curso Livre de Italiano. Esse curso funcionou, pela última vez, no ano lectivo de 1997-98, e contou com mais de 400 inscritos.

actualmente é constituído por um doutorado, por um assistente e por dois leitores.

Apesar disso, o ensino da língua e da literatura italianas, tal como é presentemente ministrado na Faculdade de Letras de Coimbra, ressentem-se de vários desequilíbrios que, em parte, decorrem do próprio quadro legal que o regulamenta. É objectivo do decreto 53/78 adaptar o novo plano de estudos às solicitações do trabalho, sendo acentuada, com a portaria 844/87, a sua ligação ao campo do ensino. Todavia, no âmbito da italianística, a docência nos níveis de ensino que precedem a Universidade nunca chegou a ser promovida. Nos considerandos de Sottomayor Cardia, é reconhecida a necessidade de complementar o plano curricular então instituído com adaptações que dizem respeito quer aos níveis de ensino precedentes, quer a uma formação pós-licenciatura. Mas a inserção do italiano nos *curricula* que antecedem a Universidade acabou por ser votada ao esquecimento, colocando a licenciatura da respectiva variante numa situação única, já que todos os restantes ramos de línguas e literaturas modernas têm correspondência na formação educacional, a saber, português, francês, inglês, alemão e espanhol, este último recentemente integrado, com pleno mérito. É certo que a presença de uma disciplina de Literatura Italiana, em regime de opção condicionada, no *curriculum* de Estudos Portugueses, consagra a importância da italianística para uma formação de base. Mas o funcionamento de um curso de literatura à margem da aprendizagem da língua corresponde a um retorno à situação que vigorou entre 1911 e 1957. Por sua vez, as disciplinas de língua são procuradas por estudantes de muitas licenciaturas em letras, que não só em Línguas e Literaturas Modernas. Uma parte substancial do seu público é constituída pelos alunos de Estudos Jornalísticos, em cujo plano curricular são incluídos dois anos de Italiano, em regime de opção condicionada, conforme o consigna o despacho 1/93 da Universidade de Coimbra, publicado no *Diário da República* nº 57 de 9 de Março de 1993, 2ª série, suplemento.

5. De uma visão diacrónica abrangente, resulta, pois, que as épocas em que a literatura e a cultura portuguesas estiveram mais próximas de Itália não coincidiram com o florescimento dos estudos italianos na Universidade

de Coimbra. Ao longo dos chamados períodos clássicos, quando o princípio de imitação se impôs como base de todo o trabalho literário, a Itália e os seus *auctores* representaram um ponto de referência fundamental, no âmbito de uma cultura erudita e de nível elevado, que também assumiu vincadas implicações no plano pedagógico. No entanto, essa conjunção não se reflectiu directamente na presença de mestres italianos na Universidade de Coimbra. De outra forma, apesar do débito do sistema de ensino do Estado Novo para com o modelo fascista, e apesar das iniciativas levadas a cabo pelo Governo italiano no sentido de promover as relações culturais com Coimbra, essa sintonia não teve resultados palpáveis. É na sequência destes vazios seculares que melhor poderemos perceber que, quando é criada uma licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas com a variante de italiano, integrada num quadro que visa o mercado de trabalho, o tecido cultural e social português não se mostre preparado para a integrar e a assimilar na sua orgânica conjuntural.

Neste ponto, afloram as tensões em torno das quais se erige, desde os seus primórdios, a Universidade, entre os modelos de funcionamento que institui e aquilo que a sociedade dela espera. O que converte a história do ensino da língua e da literatura italianas num campo de estudos que oferece inúmeras possibilidades de exploração transdisciplinar, face às articulações e às cadeias de intersecções que o travejam, para o projectar sobre um vasto campo de pesquisa.

Bibliografia

BANDEIRINHA, José António Oliveira, 1996, *Quinas Vivas [...]*, prefácio de Fernando Távora, Porto, FAUP Publicações.

BRANDÃO, Mário, 1924-33, *O Colégio das Artes. I. 1547-1555. II. 1555-1580*. Coimbra, Imprensa da Universidade.

CARVALHO, Rómulo de, 1978, *História do Gabinete de Física da Universidade de Coimbra desde a sua fundação (1772) até ao jubileu*

- do professor italiano Giovanni Antonio dalla Bella (1790). Universidade de Coimbra.*
- CARVALHO, Rómulo de, 1996, *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed.
- DIAS, José Sebastião da Silva, 1969, *A política cultural na época de D. João III*. Universidade de Coimbra, 2v.
- FERREIRA, Francisco Leitão, 1937, *Alfabeto dos lentes da insigne Universidade de Coimbra desde 1537 em diante*, Universidade de Coimbra.
- FRANÇA, José-Augusto, 1979, *O modernismo na arte portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa.
- GOLA, Sabina, 1999, “Notes sur Eugénio de Castro et l’Italie”, in *Centenário da publicação de “Oaristos” de Eugénio de Castro. Actas do colóquio. 7-9 Novembro 1990. Universidades de Liège e de Mons*, ed. Jean Marie d’Heur & René Poupart, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Calouste Gulbenkian: 87-100.
- MARNOTO, Rita, 1997, *O petrarquismo português do Renascimento e do Maneirismo*, Universidade de Coimbra.
- PORTELA, Artur, 1987, *Salazarismo e artes plásticas*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- RAMALHO, Américo da Costa, 1969, *Estudos sobre a época do Renascimento*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- RAMALHO, Américo da Costa, 1983, *Estudos sobre o século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- RAU, Virgínia, 1969, "Italianismo na cultura jurídica portuguesa do século XV", in *Revista Portuguesa de História*, 12: 185-206.
- RAU, Virgínia, 1972, "Alguns estudantes portugueses em Itália no século XV", in *Do tempo e da História*, 5: 29-99.
- REBELO, Luís de Sousa, 1982, *A tradição clássica na literatura portuguesa*, Lisboa, Horizonte.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (a cargo de), 1989-91, *A Universidade de Coimbra no século XX*.
Actas da Faculdade de Letras. 1. 1911-1925. 2. 1925-36, Arquivo da Universidade de Coimbra.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, 1991, *A Universidade de Coimbra e a sua história*, Arquivo da Universidade de Coimbra.
- ROSMANINHO, Nuno, 1996, *O princípio de uma "revolução urbanística" no Estado Novo. Os primeiros programas da cidade universitária de Coimbra (1934-1940)*, coordenação e apresentação de Luís Reis Torgal, Coimbra, Minerva.
- SÁ, A. Moreira de, 1956, "Duas obras desconhecidas de Henrique Caiado", in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, s.2, 22: 287-312.
- SÁ, A. Moreira de, 1983, *Humanistas portugueses em Itália. Subsídios para o estudo de Frei Gomes de Lisboa, dos dois Luíses Teixeiras, de João de Barros e de Henrique Caiado*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

SANTOS, Boaventura de Sousa, 1989, “Da ideia de Universidade à Universidade de ideias”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28: 11-62.

TORGAL, Luís Reis, 1991, “A Universidade, a ditadura e o Estado Novo (1926-1961). Notas de uma investigação colectiva”, in *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Congresso história da Universidade. 7º centenário. 5 a 9 de Março de 1990*, Coimbra, Comissão organizadora do congresso “História da Universidade”, v.5:407-8.

Material de Arquivo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra:

Actas dos Conselhos da Faculdade de Letras, v. de 4-10-1936 a 13-10-1961.

Livros de registo do serviço dos lentes e Livros de sumários 1911 -

Legislação:

Decreto publicado no *Diário do Governo* de 11 de Maio de 1911, nº 109, com força de lei de 9 de Maio, da Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, 1905.

Decreto nº 4:651, *Diário do Governo* de 14 de Julho de 1918, 1ª série, nº 157, 2º suplemento, da Repartição de Instrução Universitária da Secretaria de Estado da Instrução Pública, 1323-25.

Decreto nº 4:945, *Diário do Governo* de 7 de Novembro de 1918, 1ª série, nº 241, da Repartição de Instrução Universitária da Secretaria de Estado da Instrução Pública, 1910-18.

Decreto nº 12:677, *Diário do Governo* de 17 de Novembro de 1926, 1ª série, nº 257, da Direcção Geral do Ensino Superior, Secundário e Artístico do Ministério da Instrução Pública, 1902-8.

Decreto nº 17:063, *Diário do Governo* de 3 de Julho de 1929, 1ª série, nº 149, da Direcção Geral do Ensino Superior, Secundário e Artístico do Ministério da Instrução Pública, 1618-24.

Decreto nº 18:003, *Diário do Governo* de 25 de Fevereiro de 1930, 1ª série, nº 46, da Direcção Geral do Ensino Superior, Secundário e Artístico do Ministério da Instrução Pública, 363-70.

Decreto nº 41 341, *Diário do Governo* de 30 de Outubro de 1957, 1ª série, nº 246, da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes do Ministério da Educação Nacional, 1030-40.

Decreto nº 48 627, *Diário do Governo* de 12 de Outubro de 1968, 1ª série, nº 240, do Ministério da Educação Nacional, 1553-56.

Decreto nº 53/78, *Diário da República* de 31 de Maio de 1978, 1ª série, nº 124, do Ministério da Educação e Cultura, 966-80.

Portaria nº 844/87, *Diário da República* de 28 de Outubro de 1987, 1ª série, nº 248, do Ministério da Educação, 3823-34.

Despacho 1/93, *Diário da República* de 9 de Março de 1993, 2ª série, nº 57, suplemento, da Universidade de Coimbra, 2616-(35).